

1VARCIVGUA

Vara Cível do Guará

Número do processo: 0701645-34.2025.8.07.0014

Classe judicial: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: -----

REU: -----

| |
|-----------------|
| SENTENÇA |
|-----------------|

----- ajuizou, em 23 de fevereiro de 2025, perante este Juízo da Vara Cível do Guará, Ação de Conhecimento, sob o rito comum cível, em desfavor de -----, pleiteando indenização por danos decorrentes de acidente de trânsito. A autora, qualificada como diarista, com domicílio em Luziânia – GO, apresentou sua demanda, atribuindo à causa o valor de R\$ 118.400,00 (cento e dezoito mil e quatrocentos reais).

Em sua petição inicial, identificada pelo Id 226973220, a parte autora, em caráter preliminar, requereu a concessão dos benefícios da justiça gratuita, argumentando sua condição de diarista e a inviabilidade de arcar com as custas processuais e honorários sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Para tanto (235), destinados a demonstrar as lesões sofridas. A autora ainda fundamentou a competência deste Juízo na sede da requerida, localizada em Brasília. Adicionalmente, solicitou a inversão do ônus da prova em seu favor, invocando a hipossuficiência e a verossimilhança de suas alegações.

A narrativa dos fatos, apresentada na peça de ingresso (Id 226973220), descreve um acidente ocorrido em 12 de novembro de lesões, por pouco não lhe custando a vida. A autora afirmou que, até a propositura da ação, não havia recebido assistência financeira ou moral. Em razão do sinistro, informou estar impossibilitada de exercer suas atividades como diarista desde a data do acidente, auferindo uma remuneração média mensal de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), e destacou a necessidade de múltiplas sessões de fisioterapia, sem previsão de recuperação completa. Mencionou ainda gastos expressivos com consultas médicas e a dependência de reais) e por danos morais no importe de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Enfatizou que todos esses valores deveriam ser quitados de uma só vez e de forma solidária. A fundamentação jurídica de seu pleito repousou primordialmente na responsabilidade objetiva do fornecedor de serviços, nos ditames do Código de Defesa do Consumidor (CDC), especificamente nos artigos 14 e 25, e nos artigos 186 e 927 do Código Civil. Destacou, com pertinência, a violação ao princípio da dignidade da pessoa humana e a natureza in re ipsa do dano moral. Além dos pedidos de mérito, a autora requereu a marcação de audiência de conciliação ou mediação.

Em 28 de fevereiro de 2025, este Juízo proferiu decisão (Id 227747588) que, após análise inicial, deferiu o benefício da gratuidade de justiça à parte autora. A petição inicial foi recebida, por se encontrar formalmente perfeita e adequadamente instruída. Contudo, no que concerne à designação da audiência de conciliação ou mediação, a decisão observou as estatísticas do CEJUSCGUA, que indicavam um baixo percentual de homologação de sentenças, e, em nome da razoável duração do processo, não designou a audiência inaugural prevista no art. 334 do CPC/2015, sem prejuízo de eventual designação futura. Ato contínuo, foi ordenada a citação da parte ré para apresentar sua resposta no prazo legal, com a advertência dos efeitos da revelia e da presunção de veracidade dos fatos narrados na inicial.

Subsequentemente, em 10 de abril de 2025, foi emitida uma certidão (Id 232431800) atestando o transcurso do prazo para registro da ciência da citação via Domicílio Judicial Eletrônico, determinando-se a citação via e-carta ou oficial de justiça. A citação da ré ----- foi realizada por Oficial de Justiça em 16 de abril de 2025, às 17h30, em seu endereço no Setor SGCV, lote 5, Guará-DF, conforme certidão (Id 233132630) lavrada em 19 de abril de 2025.

A requerida apresentou sua Contestação (Id 235962392) em 15 de maio de 2025. Em sua peça defensiva, a ré suscitou, em preliminar, a denúncia à lide da seguradora ----- (também identificada como -----), fundamentando seu pedido na existência de contrato de seguro para cobrir danos a terceiros e acidentes pessoais a passageiros, invocando o artigo 125 do Código de Processo Civil. A requerida instruiu sua defesa com documentos como procurações (Id 235962383, 235962384), o contrato social da empresa (Id 235962388), uma apólice de seguro (Id 235965150) e registros de conversas que julgava pertinentes (Id 235965164, 235965166, 235965167, 235965171).

No mérito da contestação (Id 235962392), a ré argumentou que a narrativa da autora na petição inicial seria incompleta e divergente da realidade, omitindo circunstâncias significativas. Afirmou que um vídeo da ocorrência, anexado à defesa, comprovaria que o motorista realizava a curva em baixa velocidade, agindo em conformidade com as normas de trânsito e a segurança dos passageiros. Alegou que depoimentos de testemunhas e outros registros indicariam que a autora se encontrava escorada na porta do ônibus, em uma atitude imprudente e de risco, sendo tal conduta o fator preponderante para o desfecho do acidente, o que configuraria culpa exclusiva da vítima. De forma subsidiária, para o caso de não ser acolhida a tese de culpa exclusiva, a ré pleiteou o reconhecimento da culpa concorrente da autora, conforme o artigo 945 do Código Civil, em virtude de seu posicionamento inadequado no interior do veículo [96, 97ro probatório suficiente, destacando que a maior parte dos atendimentos médicos ocorreu em unidade pública de saúde, sem desembolso financeiro por parte da autora, e que o único documento de clínica particular não estava acompanhado de comprovante de pagamento. A ré também argumentou a falta de comprovação de atividade laboral formal ou informal que justificasse os lucros cessantes pleiteados. No que tange aos danos estéticos, a ré salientou a ausência de laudo pericial, imagens atuais ou qualquer outro elemento técnico capaz de demonstrar sequela permanente e relevante. Em relação aos danos morais, a ré afirmou que não houve qualquer ato ilícito de sua parte, tampouco omissão relevante que justificasse a

reparação, e que o simples envolvimento em um acidente não seria suficiente para configurar o dano moral. Impugnou os valores pleiteados por considerá-los desproporcionais e configuradores de enriquecimento sem causa. Por fim, solicitou a improcedência do pedido de inversão do ônus da prova, alegando a falta de verossimilhança nas alegações da autora, e a eventual dedução de quaisquer valores já recebidos pela autora a título de DPVAT.

A parte autora apresentou Réplica à contestação (Id 238276312) em 04 de junho de 2025. Em sua manifestação, a autora arguiu, em preliminar, a intempestividade da defesa do réu, requerendo seu desentranhamento dos autos e a consequente aplicação dos efeitos da revelia e confissão. Reiterou a existência de uma relação de consumo, sua condição de hipossuficiente e a verossimilhança de suas alegações para robustecer o pedido de inversão do ônus da prova, citando o artigo 6º, inciso VIII, do CDC e jurisprudência pertinente. Requereu a inversão do ônus da prova e o julgamento antecipado do feito, ou, subsidiariamente, a produção de prova testemunhal e pericial para comprovar sua condição de diarista antes do acidente, as sequelas, as lesões irreversíveis e permanentes, a ausência de capacidade laboral desde o acidente até a presente data, e os danos estéticos, incluindo deformidades e cicatrizes. No tocante à preliminar de denunciação da lide suscitada pela ré, a autora pleiteou sua rejeição, invocando os impedimentos dos artigos 88 e

101 do CDC, que, em seu entendimento, vedariam essa modalidade de intervenção de terceiros em litígios que envolvem relações de consumo. A autora também alegou que a contestação seria genérica, desprovida de um ataque específico e pormenorizado aos fatos narrados na petição inicial, o que, por conseguinte, levaria à presunção de veracidade dos fatos articulados em sua peça inaugural. No mérito, impugnou categoricamente as alegações da ré sobre a dinâmica do acidente e a conduta do motorista, sustentando que a velocidade era elevada e que a porta do veículo apresentava defeito. Refutou, ainda, a afirmação de que estaria escorada na porta do veículo ou que houvesse assentos disponíveis, negando qualquer contribuição para o acidente e reiterando a culpa única e exclusiva da ré. A autora, com veemência, impugnou as supostas conversas e áudios via WhatsApp juntados pela ré (Id 235965164, 235965166, 235965167, 235965171), alegando que não comprovariam a veracidade e autenticidade dos diálogos, violando a cadeia de custódia e sendo, portanto, inadmissíveis como prova. Por fim, impugnou o requerimento de dedução de valores do DPVAT, pois a ré não teria comprovado qualquer pagamento à autora.

Em 06 de junho de 2025, foi emitida uma certidão (Id 238367051) intimando as partes a especificarem as provas que pretendiam produzir. Em resposta, a autora, em 08 de junho de 2025, reiterou seu pedido de inversão do ônus da prova com julgamento antecipado do feito (Id 238749232). Todavia, em atenção ao princípio da não surpresa processual, solicitou o depoimento pessoal do réu, além da produção de prova testemunhal e pericial, a fim de comprovar os danos alegados e sua condição laboral pré-acidente (Id 238749232). A ré, em 01 de julho de 2025, informou que já havia produzido todas as provas documentais ao seu alcance, tais como o vídeo do sistema de segurança do veículo e os áudios das tentativas de contato com a autora, e, por entender que essas provas eram suficientes para formar o convencimento do Juízo, requereu o julgamento antecipado da lide (Id 241290524). Contudo, de forma

subsidiária, para o caso de Vossa Excelência entender pela necessidade de instrução probatória, a ré manifestou-se pela possibilidade de realização de prova testemunhal, com posterior apresentação de rol, e a oitiva do depoimento pessoal da autora (Id 241290524). A ré também reiterou, de forma derradeira, o pedido de denúncia da lide (Id 241290524).

Em 14 de julho de 2025, foi proferida decisão (Id 242226468) que rejeitou as preliminares de intempestividade da contestação e de denúncia da lide, fixou os pontos controvertidos para a instrução probatória e deferiu a inversão do ônus da prova em favor da autora, bem como a produção de prova oral (oitiva de testemunhas) para que a ré se desincumbisse de seu ônus.

Finalmente, em 13 de agosto de 2025, uma certidão (Id 246077966) atestou o decurso do prazo para a ré indicar testemunhas a serem ouvidas em audiência de instrução e julgamento, o que levou à conclusão dos autos para sentença.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

O presente feito foi conduzido em estrita observância aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal. A matéria em discussão versa sobre responsabilidade civil decorrente de acidente de trânsito, envolvendo, de um lado, uma passageira e, de outro, uma empresa prestadora de serviço público de transporte coletivo.

De início, cumpre reiterar a rejeição das preliminares suscitadas pelas partes, conforme já amplamente delineado na decisão anterior (Id 242226468). A preliminar de intempestividade da contestação, arguida pela autora (Id 238276312), foi devidamente analisada e afastada. A citação por oficial de justiça foi realizada em 16 de abril de 2025, com a juntada do mandado aos autos em 19 de abril de 2025 (Id 233132630). O prazo de 15 (quinze) dias úteis para a apresentação da contestação, conforme o artigo 335, inciso III, do Código de Processo Civil, teve seu termo inicial no primeiro dia útil subsequente à juntada, ou seja, em 22 de abril de 2025. Ao efetuar a contagem dos dias úteis, considerando feriados como o Dia do Trabalho em 1º de maio, o prazo final para a apresentação da defesa recaiu precisamente em 15 de maio de 2025. A contestação (Id 235962392), por sua vez, foi protocolada eletronicamente na mesma data. Desse modo, a defesa da ré foi apresentada dentro do lapso temporal legalmente estabelecido, configurando-se, portanto, tempestiva. Rejeitou-se, assim, a preliminar de revelia e confissão formulada pela autora, garantindo-se a ambas as partes a oportunidade de expor suas versões e apresentar suas defesas dentro dos limites processuais.

Em seguida, a análise se volta para a preliminar de denúncia da lide à seguradora, formulada pela parte ré (Id 235962392). É inegável, e as próprias partes assim reconhecem em suas peças, que a relação jurídica em apreço é de consumo, onde a autora se enquadra como consumidora final dos serviços de transporte prestados pela ré. O Código de Defesa do Consumidor, na condição de lei especial e protetiva, estabelece, em seus artigos 88 e 101, inciso II, uma vedação expressa à denúncia da lide nas ações de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços. Esta proibição visa salvaguardar o consumidor, assegurando-lhe uma tramitação processual mais célere e menos complexa, sem que seja compelido a

aguardar a resolução de questões secundárias que, embora pertinentes entre o réu e sua seguradora, não podem onerar ou retardar a efetivação de seu direito. A responsabilidade do fornecedor, no contexto da cadeia de consumo, é, como será mais aprofundado, solidária e objetiva, o que significa que o consumidor pode demandar diretamente o fornecedor, independentemente da existência de um contrato de seguro. Qualquer direito de regresso da ré contra sua seguradora deverá ser buscado em ação autônoma, sem que isso interfira no andamento e na simplicidade da presente demanda. Por tais razões, a preliminar de denúncia da lide foi corretamente rejeitada.

Passando à análise do mérito, a controvérsia central reside na dinâmica do acidente e na responsabilidade pelos danos sofridos pela autora. A relação jurídica estabelecida entre as partes é inquestionavelmente de consumo, com a autora figurando como consumidora dos serviços de transporte público fornecidos pela ré, nos termos dos artigos 2º e 3º da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

Nesse contexto, a responsabilidade da empresa de transporte público é de natureza objetiva, conforme preceituam o artigo 14 do CDC e o artigo 734 do Código Civil. O artigo 14 do CDC é límpido ao estabelecer que "o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". O serviço é considerado defeituoso quando não oferece a segurança que dele se pode esperar, levando-se em consideração o modo de seu fornecimento, o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam. Apenas a prova de inexistência do defeito ou de culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro seria capaz de elidir essa responsabilidade.

A autora narrou que foi arremessada para fora do ônibus devido a uma manobra imprudente do motorista e à abertura de uma porta defeituosa. A ré, por sua vez, tentou atribuir a culpa exclusiva ou concorrente à autora, alegando que esta estaria escorada na porta e que o motorista conduzia em baixa velocidade. No entanto, a ré, embora tenha especificado a produção de prova testemunhal e a oitiva do depoimento pessoal da autora em sua manifestação (Id 241290524), não arrolou as testemunhas no prazo que lhe foi concedido, conforme certificado nos autos (Id 246077966). A ausência de rol de testemunhas impede a produção dessa prova oral, nos termos do artigo 357, §4º, do Código de Processo Civil. Desta forma, a ré não se desincumbiu do ônus de provar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito da autora, especialmente a culpa exclusiva ou concorrente, que seria sua incumbência em face da inversão do ônus da prova.

A inversão do ônus da prova foi deferida em favor da parte autora (Id 242226468) com base no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, dada sua manifesta hipossuficiência técnica e a verossimilhança de suas alegações. A hipossuficiência da consumidora, neste contexto, não se limita à esfera financeira, abrangendo a notória dificuldade técnica de produzir provas acerca da após o acidente (Id 235962392, p. 6, item III.2), o que confere um grau considerável de verossimilhança à narrativa da autora de que um evento de relevante magnitude de fato ocorreu e que ela necessitava de assistência.

A respeito dos áudios juntados pela ré (Id 235965164, 235965166, 235965167, 23596517 pode ignorar o que a própria ré pretendeu comprovar com eles. A ré afirmou que os áudios demonstrariam a recusa da autora em dialogar e receber assistência (Id 235962392). Ao assim fazê-lo, a própria ré, paradoxalmente, corrobora que houve um sinistro de tal monta que a empresa se sentiu na obrigação de oferecer assistência. Ora, a tentativa de oferecer suporte é, em si, um reconhecimento implícito de alguma responsabilidade ou envolvimento com o evento danoso que afetou a passageira, mesmo que se negue a culpa. A recusa da autora em negociar diretamente, condicionando tratativas à intervenção de seu advogado e a "do jeito que for bom para mim" (Id 235962392, p. 6, áudio nº 06), não afasta o fato de que a ré reconheceu a necessidade de intervir após o acidente, o que, sob a ótica da responsabilidade objetiva, sugere que ela se viu diante de uma situação que demandava reparação ou auxílio. Assim, embora a impugnação técnica da autora tenha pertinência, os áudios, na interpretação mais benigna para a ré, revelam que a própria empresa reconheceu a ocorrência de um evento que a compeliu a prestar auxílio, o que de certa forma atesta uma parcela de culpa ou, no mínimo, de responsabilidade pelo infortúnio que se abateu sobre a consumidora.

A ré também apresentou um vídeo (Id 235962392), alegando que comprovaria a baixa velocidade do veículo (Id 235962392). Contudo, a autora impugnou esse vídeo, afirmando que não corresponderia ao dia, hora e local do acidente (Id 238276312). Em face da inversão do ônus da prova e da ausência de outras provas da ré (como o rol de testemunhas que não foi apresentado), a alegação da autora quanto à imprudência do motorista e ao defeito da porta não foi efetivamente desconstituída. Pelo contrário, a falha do serviço, caracterizada pela abertura inesperada da porta do veículo de transporte público, que resultou na projeção da passageira, configura o defeito na prestação do serviço, conforme o artigo 14, § 1º, do CDC. O transporte coletivo gera para o fornecedor uma obrigação de resultado, que é a de conduzir o passageiro incólume ao seu destino. A ocorrência do acidente e as lesões decorrentes demonstram que tal obrigação não foi cumprida. A tese de culpa exclusiva ou concorrente da vítima não encontra amparo probatório nos autos, e, em face da responsabilidade objetiva do transportador, a presunção de defeito do serviço prevalece ante a falta de contraprova robusta por parte da ré.

Configurada a responsabilidade objetiva da ré, impõe-se a análise dos danos pleiteados pela autora.

Em relação aos danos materiais, a autora pleiteou o valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) a título de lucros cessantes, correspondentes ao afastamento de suas atividades laborais como diarista, bem como parcelas vincendas até sua recuperação laboral (Id 226973220, item "e" dos pedidos). A autora afirmou que auferia uma remuneração média mensal de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) (Id 226973220). Embora a ré tenha impugnado a ausência de comprovação de atividade laboral formal ou informal e de movimentação financeira regular (Id 235962392), a condição de diarista, por sua própria natureza, muitas vezes não se formaliza por meio de vínculos empregatícios ou registros contábeis complexos. A autora apresentou atestados e prontuários médicos (Id 226973232, 226973233, 226973234, 226973235) que comprovam as lesões e a necessidade de tratamento, o

que, associado à narrativa do afastamento laboral desde o acidente (Id 226973220), e à ausência de contraprova por parte da ré, permite inferir a veracidade da interrupção da sua capacidade de trabalho. Considerando que a ré não produziu prova para desconstituir essa alegação, e em conformidade com a inversão do ônus probatório, o valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) é devido a título de lucros cessantes iniciais. Não há, contudo, base para fixar parcelas vincendas até a recuperação laboral em sede de sentença de conhecimento, pois isso demandaria liquidação complexa ou um período de incapacidade incerto, devendo o valor ser limitado ao que foi expressamente quantificado na inicial para o período já decorrido. A ré também argumentou sobre atendimentos em unidades públicas de saúde e ausência de comprovantes de pagamento (Id 235962392), mas a parte material dos danos se refere aos lucros cessantes e não a gastos médicos específicos, que, se realizados em rede pública, de fato não geram desembolso direto. Portanto, os danos materiais são acolhidos no valor já pleiteado na inicial.

Quanto aos danos estéticos, a autora pleiteou R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em razão das lesões, deformidades e sequelas deixadas pelo acidente, incluindo cicatrizes e lesão permanente no membro superior (Id 226973220, item "g" dos pedidos). A ré impugnou a ausência de laudo pericial ou imagens atuais que comprovem a sequela (Id 235962392). Todavia, os documentos médicos juntados pela autora (Id 226973232, 226973233, 226973234, 226973235) atestam as lesões, e a própria natureza do acidente, com projeção do corpo do veículo, é condizente com a produção de danos estéticos, como fraturas e escoriações com potencial de deixar marcas permanentes. O dano estético, embora acumulável com o dano moral, exige comprovação da alteração morfológica ou funcional que cause um prejuízo à aparência da pessoa. Considerando as informações dos documentos médicos e a gravidade do evento, que resultou em fratura e outras lesões, é razoável inferir a ocorrência de alguma alteração estética. Contudo, o valor pleiteado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) se mostra elevado em relação aos elementos probatórios trazidos para este fim, sendo proporcionalmente fixado em R\$ 3.000,00 (três mil reais), em observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

No que tange aos danos morais, a autora pleiteou R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) (Id 226973220, item "f" dos pedidos). O dano moral, na situação posta, é *in re ipsa*, ou seja, decorre do próprio fato ofensivo, sendo desnecessária a comprovação do abalo psicológico sofrido pela vítima. O sofrimento, a angústia, a dor física e psíquica advindos de um acidente de trânsito em que a vítima é arremessada de um ônibus em movimento, com risco à própria vida, fraturas e lesões, são evidentes e dispensam maior demonstração. A violação à integridade física e à segurança, pilares da dignidade da pessoa humana (CRFB/1988, art. 1º, III), impõe o dever de reparação. Embora a ré tenha alegado ausência de ato ilícito de sua parte e de sofrimento psicológico exacerbado (Id 235962392), sua responsabilidade é objetiva e a falta de provas de excludentes de responsabilidade a torna responsável pela reparação integral. A conduta da ré em não prestar a devida assistência inicial de forma eficaz, conforme alegado pela autora (Id 226973220), e não desconstituído pela ré, agrava a situação, embora a ré tenha alegado tentativas de contato que a autora recusou (Id 235962392). A indenização por danos morais deve cumprir tanto o caráter compensatório à vítima

quanto o pedagógico ao ofensor, desestimulando a reiteração de condutas negligentes. Contudo, o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) pleiteado pela autora mostra-se excessivo em relação à média dos valores arbitrados em casos semelhantes por este Tribunal, devendo ser moderado para evitar o enriquecimento sem causa. Assim, em atenção aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, sopesando a gravidade do evento, as lesões sofridas e o impacto na vida da autora, arbitro o dano moral em R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Por fim, no tocante ao pedido da ré para dedução de valores eventualmente recebidos a título de DPVAT (Id 235962392), a autora impugnou a ausência de comprovação de qualquer pagamento (Id 238276312). De fato, a ré não trouxe aos autos qualquer elemento probatório que atestasse o efetivo recebimento de valores pela autora a esse título, ônus que lhe competia, conforme artigo 373, inciso II, do Código de Processo Civil. A Súmula 246 do STJ prevê a dedução do seguro obrigatório, mas essa dedução exige a comprovação do recebimento, o que não ocorreu neste caso. Portanto, o pedido de dedução é indeferido.

Diante de todo o exposto, e em conformidade com as teses jurídicas sustentadas pela autora, os pedidos iniciais merecem acolhimento parcial no que se refere à quantificação dos danos, mas procedentes em seu mérito.

DISPOSITIVO

Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, com a serenidade e a ponderação que o caso exige, **julgo PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial e condeno ---- a pagar a ---- as seguintes indenizações:**

1. A título de danos materiais (lucros cessantes), o valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais), conforme pleiteado na petição inicial (Id 226973220, item "e" dos pedidos). Sobre este valor, incidirão juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da data do evento danoso (12 de novembro de 2024), nos termos da Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça, e, depois, correção monetária + juros de mora, ambos pela Selic, a partir da data do ajuizamento da ação (23 de fevereiro de 2025).
2. A título de danos estéticos, o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), em razão das sequelas e cicatrizes decorrentes do acidente (Id 226973220, item "g" dos pedidos).
3. A título de danos morais, o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) (Id 226973220, item "f" dos pedidos).

Os juros de mora, no percentual de 1% ao mês sobre a verba fixada a título de danos morais e estéticos, por se tratar de responsabilidade contratual, incidirão desde a citação, nos termos do artigo 405 do Código Civil, combinado com o artigo 240 do Código de Processo Civil, até início da vigência da Lei nº 14.905, de 2024, em 30/08/2024, que incidirá a Selic menos o IPCA. A correção monetária do valor da indenização do dano moral será pelo IPCA e incidirá desde a data do arbitramento, de acordo com a súmula 362 do STJ. A data será hoje. Assim, a partir de hoje, os valores serão corrigidos apenas pela Selic, que abrange a correção monetária e os juros de mora.

Considerando a sucumbência da ré, condeno-a ao pagamento das

custas processuais e dos honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor total da condenação, devidamente corrigido, em observância ao artigo 85, §2º, do Código de Processo Civil.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Documento datado e assinado pelo(a) magistrado(a) conforme
certificação digital.

Alex Costa de Oliveira
Juiz de Direito

Assinado eletronicamente por: ALEX COSTA DE OLIVEIRA

13/08/2025 11:26:17 <https://pje.tjdft.jus.br/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ID do documento:



250813112617290000002235

IMPRIMIR

GERAR PDF